

## GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA ESCOPO, OBJETIVOS E ESTRUTURA

*Danniel da Silva Carvalho  
Lílian Teixeira de Sousa*

“...anyone is a generative grammarian [...] who holds that the grammar must be a finite rule system which explicitly characterizes an infinite set of sentences.”  
(VAN RIEMSDIJK, 1984, p. 2).

### INTRODUÇÃO

A Teoria Gerativa teve seu início entre as décadas de 50 e 60 do século passado, ao postular como conceito de língua um estado de uma Faculdade da Linguagem (FL), a Língua-I. Essa abordagem, denominada biolinguística por assumir que a linguagem pode ser estudada como parte do mundo natural, busca, através do estudo da Faculdade da Linguagem, entender os princípios subjacentes às gramáticas de todas as línguas, como forma de se chegar a *insights* mais profundos sobre a natureza da linguagem e do pensamento humano (CHOMSKY, 1995a). Nessa jornada de pouco mais de meio século, chegou-se a três fatores dentro dos quais a linguagem se desenvolve: (I) carga genética (*endowment*) – aparentemente uniforme entre os membros da espécie, interpreta parte do ambiente como experiência linguística e determina o curso do crescimento e desenvolvimento da FL; (II) experiência – que leva à variação, como no caso de outros subsistemas da capacidade humana e do organismo em geral; e

(III) princípios da arquitetura estrutural e restrições desenvolvidas que não são específicas da linguagem.

O terceiro fator passou a ser mais investigado a partir da abordagem de Princípios e Parâmetros (P&P), que tenta dar conta de propriedades da linguagem em termos de eficiência computacional, e é dividido em subtipos como (a) princípios de análise de dados que podem ser usados na aquisição da linguagem e outros domínios, ou (b) princípios de arquitetura estrutural e restrições de desenvolvimento que atuam sobre uma variedade de princípios de eficiência computacional. Nesse sentido, é importante mencionar a chamada Tese Minimalista Forte (CHOMSKY, 2000), segundo a qual a linguagem é apresentada como um sistema computacional, uma solução ótima para condições de interface que a FL precisa satisfazer, ou seja, a língua é uma forma eficiente de ligar som e sentido, sendo a essas noções atribuído um sentido técnico nos termos de sistemas de interface que atuam no uso e na interpretação de expressões geradas pela língua-I, mais especificamente, a interface articulatório-perceptual – considerando que a fonética acústica e articulatória fornece pistas do que tem sido aprendido de traços fonológicos e propriedades; e a interface conceptual-intencional – que assegura as propriedades dos três fatores.

Com isso, o estudo das interfaces entre os subcomponentes da gramática tem recentemente ocupado um lugar importante entre as pesquisas formalistas, seja na interface sintaxe-semântica, sintaxe-fonologia ou ainda na interface fonologia-processamento da linguagem, entonação-estrutura discursiva, dentre outros. A principal questão norteadora desses trabalhos está no entendimento dos mecanismos gramaticais envolvidos na derivação de fenômenos que relacionam esses subcomponentes e também na forma como esses subcomponentes se relacionam entre si. Pode-se questionar, por exemplo, se a morfologia segue as mesmas regras da sintaxe, se os processos de sândi externo ocorrem por motivação morfossintática ou fonológica, se o léxico existe como um módulo da gramática ou se questões de natureza semântica e/ou discursiva interagem com as propriedades flexionais das sentenças.

O campo de estudos em Gramática Gerativa tem, sem sombra de dúvidas, se ampliado nos últimos anos, em parte devido ao grande progresso em áreas que haviam sido pouco exploradas como um modelo semântico-teórico da verdade e estruturas prosódicas<sup>1</sup>, mas também pelo resultado de uma ampla gama de estudos desenvolvidos nessa área sobre uma variedade de línguas. Muitos dos trabalhos realizados nesse campo levantaram problemas não observados

---

<sup>1</sup> Ver Teixeira de Sousa, neste volume.

anteriormente, assim como revigoraram os estudos de aquisição e processamento. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar uma descrição sucinta dos avanços da teoria, começando por expor alguns conceitos fundamentais e etapas de desenvolvimento. Ao fim, apresentamos a motivação para o livro, assim como seus temas principais.

## 1. GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA: O ESTUDO DA SINTAXE

Podemos afirmar que uma *gramática* consiste em: (a) uma unidade formal complexa, (b) um sistema de regras que relaciona unidades atômicas e também complexas a esta unidade formal, e (c) uma caracterização dos elementos atômicos ou elementares, e como eles se relacionam com o sistema de regras (cf. KISS; ALEXIADOU, 2015).

Chamaremos unidade formal a *sentença*, que pode ser o resultado de um número grande de sistemas de regras. Já os elementos atômicos são os itens lexicais, aos quais são atribuídas certas categorias para que um sistema de regras possa fazer-lhes uso.

No âmbito mais amplo da linguística saussuriana, a sintaxe propriamente dita é negligenciada em seu início, apesar de o movimento estruturalista europeu, conhecido como Escola de Praga, ter estudado as funções pragmáticas dos constituintes da sentença no discurso com sua perspectiva funcional da sentença (cf. FIRBAS, 1957). O empirismo sintático surge através da hipótese de que a estrutura sintática é definível como uma hierarquia de constituintes imediatos. Foi por meio dessa hipótese que a sintaxe começou a florescer na chamada linguística moderna.

É o estruturalismo americano que introduz rigor científico ao modelo, mas concentrou-se, quase exclusivamente, em aspectos morfofonêmicos. Já Harris reconhece, em uma teoria estruturalista de sintaxe, a necessidade de três ingredientes que figurariam, de alguma forma, no modelo sintático gerativo embrionário (HARRIS, 1951, p. 372-373):

- (i) instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua e formam um sistema dedutivo com elementos iniciais axiomáticamente definidos e com teoremas relativos às relações entre eles;
- (ii) instruções que transformam certas sentenças do texto em sentenças de gramaticalidade equivalentes;
- (iii) sentenças que consistem em uma sequência de uma ou mais sentenças subjacentes.

No início da Gramática Gerativa, instruções do tipo (i) ressurgem como regras de estrutura da frase (*phrase-structure rules* - PS rules [CHOMSKY, 1957]) que codificavam as representações sintáticas bem-formadas subjacentes, e aquelas do tipo (ii) preveem suas transformações de forma transparente (resguardando-se as diferenças que o termo *transformação* possui nas duas perspectivas). Dessa forma, transformações generalizadas poderiam combinar dois sintagmas simples, gerando uma sentença complexa (cf. CHOMSKY, 1955/1975), como prevê (iii), cujas premissas se aproximam à abordagem adotada pelos Gramáticos de Port Royal para sentenças complexas (cf. ARNAULD e LANCELOT, [1660] 1992).

A partir desses aspectos formais, a Gramática Gerativa (entende-se *gerativa* como *explícita*), em seu início, é uma continuação de seus antecessores. Mas, este novo modelo rompe com seus precursores estruturalistas no que concerne à identificação do *explanandum* central que Chomsky tem chamado de *Problema de Platão*: o fato de qualquer criança adquirir sua língua materna sem esforço em um curto período de tempo, independentemente da pobreza do estímulo. O que a criança ouve em seu redor é, quantitativamente e qualitativamente, um reflexo muito insipiente do que sua língua é capaz: durante o período crítico da aquisição da língua, a criança provavelmente não ouvirá um único exemplo de muitas construções que ela acabará por produzir e processar sem nenhuma dificuldade. E, por outro lado, ela vai ouvir muitas expressões que não são gramaticalmente bem formadas, mas, de alguma forma, consegue excluí-las a partir dos dados linguísticos primários, com base nos quais eles desenvolvem a gramática de sua língua materna.

O aprendiz (ou, mais apropriadamente, mas menos elegante, *adquirente*) da língua é posto no cerne da empreitada gerativista, sendo, a esse respeito, um universo paralelo ao estruturalismo. O estruturalismo norte-americano é sobretudo uma abordagem prática para a descrição dos dados da língua, fornecendo uma ferramenta maximamente rigorosa para configurar os inventários fonêmicos (anteriormente analisados) das línguas particulares. A metodologia estruturalista era desenvolvida basicamente a partir da perspectiva do linguista, e não da perspectiva do aprendiz da língua.

Chomsky mudou dramaticamente essa perspectiva, tornando o aprendiz da língua o ponto focal e, dessa forma, revolucionou o campo dos estudos linguísticos. Isso não quer dizer, no entanto, que o problema lógico da aquisição da linguagem nunca tinha sido pensando anteriormente na agenda de pesquisa linguística: como enfatizado por Chomsky (1966), uma perspectiva mentalista de linguagem é atribuída ainda no século XVII ao filósofo francês René Descartes;

Wilhelm von Humboldt e Otto Jespersen também podem ser citados no mesmo contexto nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Chomsky tornou o problema lógico da aquisição da linguagem o *explanandum* central da empreitada gerativa: definiu o critério maior para o qual uma teoria gerativa da linguagem deveria dar resposta, o da adequação explicativa. Essa ênfase na aquisição resultou, com o passar do tempo, na teoria dos princípios (universais, inatos) e parâmetros (limitado ao léxico funcional).

## 2. SOBRE A ABSTRAÇÃO DO MODELO GERATIVISTA

Desde o início, Chomsky argumenta em favor de um grau de abstração na análise sintática não observada previamente. Um argumento chave para esse efeito pode ser observado no par mínimo em (1):

- (1) a. John is easy to please  
       John BE fácil Inf agradar  
       ‘John é fácil de agradar’  
       b. John is eager to please  
       John BE ávido Inf agradar  
       ‘John está ávido para agradar’

A postulação de Harris em (i) apresentada na seção anterior (“instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua”) pode ser aplicada tanto para (1a) quanto para (1b), como também para a regra estrutural em (2):

- (2) a. AP → A + Sinf  
       b. Sinf → to + VP

Entretanto, as sentenças em (1a) e (1b) são claramente diferentes. Interpretativamente, *John* é objeto do verbo (*eager* – agradar) em (1a), mas seu sujeito em (1b). Sintaticamente, é possível perceber diferenças importantes no comportamento das duas sentenças:

- (3) a. \*John’s easiness to please  
       b. John’s eagerness to please  
       (4) a. John is easy for us to please  
       b. \*John is eager for us to please  
           [\*John como objeto de please]

- (5) a. to please John is easy  
b. \*to please John is eager
- (6) a. it is easy to please John  
b. \*it is eager to please John  
[\*a menos que tenha leitura existencial]

A sintaxe estruturalista, com sua orientação para a estrutura de superfície, falha em fazer a distinção e capturar as diferenças interpretativas entre (1a) e (1b). Contrastivamente, as derivações simplificadas de (1a,b) em (7a,b) tornam transparente as interpretações das sentenças:

- (7) a. John is easy [(for someone) to please John]  
b. John is eager [John to please (someone)]

Ao mesmo tempo, as derivações simplificadas em (7) proporcionam uma perspectiva dos contrastes em (3) – (6): operações de movimento são mais restritas em sintagmas nominais; *John* aparece como sujeito de *please* em (7b), o que impede a presença de *us* como sujeito deste verbo em (4b), enquanto não há impedimento para *us* ser sujeito de *please* em (5a); *John* em (7b) é o sujeito encaixado de *eager*, o que impede um sujeito proposicional em (5b) ou pronome substituto em (6b), diferentemente do que acontece em (7a), que não possui um sujeito encaixado.

### 3. DAS REGRAS DE ESTRUTURA DA SENTENÇA À TEORIA X-BARRA

*Estruturas Sintáticas* (CHOMSKY, 1957) é a primeira publicação de Chomsky sobre a gramática gerativo-transformacional. Em *Estruturas Sintáticas*, Chomsky apresenta uma teoria da estrutura da sentença composta por regras de estruturação, que compõem, por seu turno, a chamada *componente de base*, e transformações, que formam o *componente transformacional*. Não há um léxico separado: terminais de marcadores frasais (palavras e morfemas) são introduzidos através de regras de estrutura da frase (doravante regras de PS. do inglês Phrase Structure) da mesma maneira que os nós não-terminais da representação sintática. O sistema de regras de PS continua no modelo até os anos de 1970, embora seu alcance seja reduzido em Chomsky (1965) com a introdução de um *léxico*, tal que os itens lexicais não precisam mais ser introduzidos por regras de PS. Por fim, tais regras dão lugar ao desejo de capturar a endocentricidade fundamental das estruturas sintáticas de maneira formalmente explícita. O advento da Teoria X-Barra<sup>2</sup> e da ideia

<sup>2</sup> Chomsky (1970), Jackendoff (1977).

de subcategorização catalisaram a análise das estruturas sintáticas, culminando em uma abordagem uniforme para as projeções sintáticas de todas as categorias, sejam lexicais (de classe aberta), sejam funcionais (de classe fechada).

Representações generalizadas da Teoria têm desfrutado de ampla, mas não universal, aceitação através da empreitada gerativista. Assim, também podemos encontrar nós rotulados como *IP* e *CP* em análises que usam o modelo de Gramática Léxico-Funcional (*Lexical-Functional Grammar* – LFG), mesmo que as estruturas-c postuladas pela LFG sejam incompatíveis como a Teoria: estruturas individuais de línguas particulares podem empregar nós *S* e *S'* no lugar de um modelo, e as estruturas em LFG não são necessariamente galhos binários. A *Head-driven Phrase Structure Grammar* (HPSG) não faz uso de nós estruturais rotulados categorialmente em suas representações, mas registra suas categorias como estruturas de traços associados a nós, sendo que categorias são apenas uma das muitas “peças” que constituem essas estruturas de traços: ser associado a uma categoria não garante um estatuto privilegiado na rotulação de um nó, da mesma forma que HPSG não reconhece os níveis barra. A esse respeito, há paralelos entre HPSG e o modelo adotado no Programa Minimalista de *Bare Phrase Structure* (CHOMSKY, 1995a), que abandona as representações teóricas do modelo e rotulações categoriais (COLLINS, 2002). Na prática, entretanto, as estruturas continuam a ser usadas na sintaxe minimalista.

#### 4. ABORDAGENS GERATIVAS TRANSFORMACIONAIS E NÃO-TRANSFORMACIONAIS

Com o abandono das regras de PS, a predição de Harris de “instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua” em (i) na primeira seção deste capítulo, desaparece da convenção gerativista. Transformações monádicas e generalizadas, correspondentes às predições em (ii) e (iii), nunca foram bem recebidas na abordagem gerativa. Tiveram seu auge na era da Semântica Gerativa dos anos de 1960 e 1970, mas acabaram sendo refreadas drasticamente pela refutação de Chomsky (1970) da prática de derivar palavras através da aplicação de transformações sintáticas ao nível sentencial subjacente às representações. Enquanto Harris (1957) menciona nominalização como um exemplo de que devemos transformar “certas sentenças do texto em sentenças de gramaticalidade equivalentes”, Chomsky centrou seu argumento contra a derivação de palavras através de transformações sintáticas precisamente em nominalizações como *a destruição da cidade pelos inimigos*, para as quais Lees (1963) desenvolve uma análise que as deriva de sentenças passivas. O argumento de Chomsky é simples: *a destruição da cidade pelos inimigos* é apenas aparentemente a nominalização de uma passiva (CHOMSKY, 1970, p. 43). A

regra de preposição do objeto e a de posposição do sujeito (*The enemy destroyed the city*→*The city was destroyed by the enemy*) são totalmente independentes uma da outra no sintagma nominal e sua aplicação não requer que haja um verbo nominalizado. Além disso, Chomsky aponta para o fato de que se assumimos nominalizações como transformações sintáticas que tomam sentenças passivas como *input*, então devemos ser capazes de derivar nominalizações como *O crescimento dos tomates* de *Os tomates foram crescidos*. Entretanto, com efeito, *O crescimento dos tomates* não apresenta leitura passiva, mas intransitiva. Assim, uma abordagem transformacional para nominalizações falharia em ser adequada descritivamente.

A refutação de Chomsky de uma Semântica Gerativa marca um afastamento do transformacionalismo desenfreado. Ao mesmo tempo, ramificações que começaram a se alastrar a partir do tronco chomskyano fizeram questão de não explorar o mecanismo transformacional ou usá-lo com muito mais moderação. A maioria das Gramáticas Categoriais são modelos gerativos não transformacionais: LFG (cf. BRESNAN, 1982), *Tree Adjoining Grammar* (TAG) (cf. JOSHI et al., 1975), *Generalised Phrase Structure Grammar* (GPSG) (cf. GAZDAR et al., 1985) são exemplos de modelos cujos constituintes gramaticais e, em particular, os itens lexicais, são associados a um tipo ou categoria que define seu potencial para combinações com outros constituintes para gerar constituintes compostos (cf. STEEDMAN, 1987).

## 5. O DESENHO DA TEORIA: DERIVAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

As derivações resultantes de movimento cíclico sucessivo, propostas por Chomsky (1973), revelam a tensão entre dois *desiderata* aparentemente conflitantes: efetuar os movimentos mais curtos e fazer o menor número de movimentos. Essa tensão está no cerne do papel desempenhado em teorizações sintáticas muito atuais por considerações de economia – as injunções conjuntas (a) para manter os passos de uma derivação os mais curtos possíveis (Condição do Elo Mínimo), economia de derivação, e (b) para manter as representações livres de símbolos supérfluos (Princípio da Interpretação Plena, economia de representação) (cf. CHOMSKY, 1995b). Os vestígios ou cópias intermediárias introduzidas na estrutura pelos movimentos cíclicos sucessivos, por um lado, têm o benefício de eliminar da derivação uma série de etapas locais, por outro lado, ameaçam fornecer à interface sintático-semântica interpretações com um número significativo de matéria não interpretável, o caso dos vestígios ou cópias intermediárias.

Considerações sobre economia foram inicialmente introduzidas na teoria de Princípios e Parâmetros como diretrizes gerais, mas, no Programa Minimalista,

economia começou a dominar a agenda de pesquisa. Como em todos os ramos das ciências, a linguística gerativa é moldada pela navalha de Occam, uma vez que não deve postular mecanismos ou operações sem os quais pode funcionar. Verificou-se, entretanto, que, no decorrer dos anos, muitos mecanismos e operações que a sintaxe gerativa em seus anos iniciais considerava indispensáveis não apenas puderam ser descartados sem perdas significantes, como fariam um desserviço à teoria se fossem mantidos. É o caso da já mencionada Teoria X-Barra e, como será visto a seguir, os níveis de representação sintática.

## 6. NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO SINTÁTICA E OS SISTEMAS INTERPRETATIVOS

Desde seu início, a Gramática Gerativa Transformacional fez uma distinção entre Estrutura Profunda (ou estrutura-D, de *Deep Structure*, do original em inglês) e Estrutura Superficial (estrutura-S), com transformações mediando os dois níveis de representação. A Forma Lógica foi adicionada mais tarde, no chamado modelo T ou Y de gramática (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1977), como um terceiro nível da representação sintática. Cada um desses níveis sintáticos foi legitimado pelo fato de os princípios da teoria sintática terem sido pensados para serem aplicados a eles. Assim, o Princípio da Projeção assegura que o Critério Theta seja realizado na estrutura-D, bem como aos outros dois níveis de representação. O Filtro do Caso era tradicionalmente realizado na estrutura-S. Já os princípios da Teoria da Ligação podiam ser vistos como possibilidades nos três níveis de representação.

Foi justamente com referência à Teoria da Ligação que Chomsky (1995b) desenvolve sua argumentação de que a postulação de uma estrutura-D e uma estrutura-S como níveis nos quais os princípios da teoria podiam ser aplicados era um erro. Talvez de forma mais dramática do que nos anos de 1970, quando Chomsky refuta o movimento da Semântica Gerativa com a ajuda de um único estudo de caso (nominalizações), o caso contra níveis múltiplos de representação sintática articula-se em torno de um único dado: enquanto *Lilian se pergunta quantas fotos dela mesma Dorothy tirou* é uma sentença ambígua em princípio, no que diz respeito à escolha do antecedente de *ela mesma*, isto é, tanto Lilian quanto Dorothy podem ser escolhidas como antecedente do reflexivo, esta ambiguidade esmorece quando *tirar fotos* é interpretado como uma expressão idiomática equivalente à *fotografar*, em cujo caso a leitura que tem Dorothy como antecedente do reflexivo é preferível. Assumindo-se que interpretações idiomáticas requerem circunscrição em LF, a não-ambiguidade dessa sentença com a leitura idiomática para *tirar fotos* é resultante da Teoria da Ligação, mas

apenas se os princípios da Teoria da Ligação forem assumidos como exclusivos de LF, pois, se se permite que a Teoria da Ligação seja satisfeita na estrutura-S, poder-se-ia derivar uma leitura em que *Lilian* seria antecedente do reflexivo independentemente da interpretação atribuída a *tirar fotos* em LF, o que tornaria impossível explicar a relação entre idiomacidade e escolha de antecedente no exemplo.

Nessa abordagem, é importante lembrar, a faculdade da linguagem como descrita por Chomsky (1995a, 2000) consiste no léxico e na sintaxe, havendo a interação entre os sistemas articulatório-perceptual e o conceitual-intencional. O intercâmbio de informações entre a língua (LI) e esses sistemas se dá através de dois níveis de representação: PF (Forma Fonética), que faz a interface com o sistema articulatório-perceptual, e LF (Forma Lógica), que faz interface com o sistema conceitual-intencional. Assim, a informação disponível nos níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho deve ser legível, interpretável, nesses níveis. Por esse motivo, considera-se que os sistemas de desempenho impõem restrições de legibilidade ao sistema computacional, ou seja, para que uma derivação resulte em uma expressão linguística, esta deve ter alguma realização física e receber uma interpretação semântica.

Nessa perspectiva, as línguas variam com relação ao modo como os traços- $\varphi^3$  – propriedades como definitude, especificidade, genericidade etc. – são expressos gramaticalmente. Primordialmente entre os modos de realização dessas propriedades estão *concordância* (flexão de traços- $\varphi$ ) e *caso*. Parece óbvio que para o sintagma nominal seja semanticamente significativo se este é singular ou plural, mas sua especificação de gênero é geralmente inteiramente arbitrária; e o caso que o sintagma nominal carrega nem sempre o ajuda a determinar sua função gramatical, como o caso da Marcação Excepcional de Caso.

Traços- $\varphi$  e de caso são indubitavelmente importantes para o trabalho da morfossintaxe (cf. CARVALHO, neste volume): em português, um pronome sujeito na forma nominativa deve ser emparelhado como sujeito de um verbo finito, enquanto este verbo finito normalmente tem os mesmos traços- $\varphi$  de seu sujeito. Traços- $\varphi$  e de caso geralmente também possuem uma realização fonológica, como os pares singular-plural/nominativo-acusativo dos pronomes pessoais. Mas, aparentemente, tais traços parecem não ter contribuições semânticas em

---

<sup>3</sup> A letra grega  $\varphi$  (phi) é utilizada, no modelo gerativista, como uma variável para todas as características morfossintáticas que engatilham operações sintáticas, como concordância e movimento. Para uma discussão mais aprofundada sobre essas categorias, ver Corbett (2006), Carvalho (2008, 2012, 2017), Kibort e Corbett (2010).

muitos casos. O mesmo pode ser dito, em alguns casos, para os traços de tempo dos verbos. Apesar de tempo ser claramente interpretável, o traço morfológico de tempo no verbo finito geralmente não tem conexão com o traço semântico de tempo. Se de fato há traços morfossintáticos verdadeiramente não-interpretáveis (reinvindicação que tipicamente distingue a abordagem gerativa das perspectivas mais funcionalistas), parece fazer sentido verificar e livrar-se da representação sintática desses traços antes que alcancem o sistema Conceitual-Intencional, para que uma interpretação plena possa ser atribuída ao *output* sintático àquele ponto.

Ainda no que diz respeito a teorias sobre fenômenos de natureza morfosintática, há a ideia de fonologia cíclica, que já existia em propostas anteriores (CHOMSKY; HALLE, 1968), sendo aplicada como um construto teórico segundo o qual objetos fonológicos (e.g. morfemas) carregam informações morfossintáticas requeridas na interface morfosintaxe-fonologia. Na proposta da Ciclicidade (BERMÚDEZ-OTERO, 2010), um constituinte morfossintático pode compor diferentes níveis ou ciclos – um nível-raiz, um nível palavra ou um nível sintagma, dependendo da função fonológica aplicada (Função-*P*). Essa função-*p* teria para essa teoria o mesmo papel das regras de reescrita da Teoria da Optimalidade, que estabelecem um *ranking* de restrições universais, como descrito por Gayer neste volume.

Também ligada à noção de ciclos, há a proposta de Fases (CHOMSKY 2001, 2008). As fases constituiriam os objetos sintáticos que são transferidos para as interfaces através da operação denominada Transferir (*Transfer*). Nessa operação, há, de um lado, objetos sintáticos já construídos para o componente fonológico, que os mapeia para a interface articulatória-perceptual – *Spell-out*, de outro os OS vão para o componente semântico, que os mapeia para a interface Conceitual-intencional. Assim, a computação de expressões precisa estar restrita a um único processo/ciclo computacional com *fases*. Na melhor das hipóteses, as fases vão ser as mesmas para ambas as operações de transferência. O modelo não exclui, no entanto, que a derivação fracasse caso algum traço não seja validado antes de chegar às interfaces.

## 7. VERIFICAÇÃO DE TRAÇOS, GATILHOS SINTÁTICOS E VARIABILIDADE

A discussão apresentada no final da seção anterior levou ao modelo de licenciamento sintático conhecido como Teoria da Verificação de Traços, força motriz para as operações sintáticas, como movimento, por exemplo. Movimento de qualquer elemento na sintaxe deve ter uma força motriz, ou gatilho, como Chomsky passou a chamá-la. Uma vez que a sintaxe chomskyana tem sempre prezado sua

autonomia diante dos componentes interpretativos, considerar que interpretação semântica seja suficiente para engatilhar movimento parece ilegítimo. Em vez disso, a necessidade de eliminar (*verificar/checar*) traços morfossintáticos não interpretáveis foi postulado, no início do minimalismo, como gatilho. Assim, por exemplo, um constituinte interrogativo (wh) não é movido para a fronteira esquerda da sentença porque quis estar lá por motivos semânticos (escopo, por exemplo), mas, em vez disso, diz-se que o constituinte-wh compartilha um certo traço (chamemo-lo traço [wh]) com um núcleo funcional na periferia esquerda da sentença (C – *Complementizer*), subindo para a fronteira da projeção do núcleo funcional para assegurar que o traço [wh] não interpretável seja verificado antes de o *output* da derivação sintática ser enviado para a interface Conceitual-Intencional.

Essa verificação não requer necessariamente deslocamento do constituinte-wh na sintaxe visível: traços não interpretáveis com os quais a interface Conceitual-Intencional não pode lidar devem ser eliminados no fim da derivação para LF, o que não significa que necessitem ser verificados antes da derivação ser enviada ao outro componente interpretativo, a interface Articulatório-Perceptual (ou sistema sensorio-motor). A teoria da verificação de traços de movimento pode, portanto, fornecer fundamentação para movimento, mas a resposta para a questão de quando o movimento é visível ou não ainda é capturada. Para dar conta do momento do movimento, alguns diacríticos precisam ser introduzidos: a força do traço, como proposto por Chomsky (1995b), ou a propriedade do Princípio da Projeção Estendida (*Extended Projection Principle – EPP*)<sup>4</sup> na versão mais recente do programa minimalista.

Entretanto, não é trivial que todos os exemplos de movimento exijam um gatilho designado propriamente na sintaxe. Às vezes, movimento aparentemente motivado apenas por propriedades morfológicas, tais como traços- $\phi$  e caso, podem ter um reflexo semântico ou fonológico particulares, como elipse, por exemplo. Tal reflexo, entretanto, independentemente de sua natureza, é o que é lido na configuração sintática estabelecida por movimento, e não o que define os objetos movidos.

Gatilhos para movimento sintático, na medida em que precisam ser postulados, são presumivelmente localizáveis no léxico funcional: a variação nas

---

<sup>4</sup> EPP foi concebido originalmente como a combinação do cerne do Princípio de Projeção, que exige que todas as informações lexicais sejam sintaticamente projetadas, e a condição auxiliar de que todas as sentenças devem ter um sujeito; em sua versão mais recente, EPP é uma versão generalizada desta última condição, agora exigindo que deslocamento ocorra na fronteira de qualquer categoria funcional especificada para essa propriedade.

propriedades parametrizáveis das categorias sintáticas é provavelmente limitada ao conjunto de categorias funcionais (a chamada *Conjectura Borer-Chomsky*). Em outras palavras, a variação paramétrica deve ser definida em termos de variação na morfologia e nas classes fechadas. Entretanto, se esse é o único *locus* de variação entre as línguas é questão de debate na literatura. O que tem sido chamado de *microparâmetros* devem seguramente ser formulados nesses termos. O estatuto de tais parâmetros (e, conseqüentemente, a quais categorias funcionais particulares são ligados) e a forma como são estabelecidos no curso do processo de aquisição da língua são questões importantes que continuarão a ser discutidas na literatura gerativa por algum tempo, especialmente porque são fundamentais para se compreender os processos de mudança linguística<sup>5</sup>.

## 8. NOVAS PERSPECTIVAS: OBJETIVOS E ESTRUTURA

É a partir da diversidade de possibilidades no estudo da gramática, descrita modesta e superficialmente neste capítulo, que *Gramática Gerativa em Perspectiva* toma corpo. O volume é pensado como tela para reunir trabalhos e agendas de pesquisa sobre desenvolvimentos atuais na empreitada gerativista nas mais diversas perspectivas. Mais precisamente, o livro pretende reunir pesquisas e debates desenvolvidos por jovens investigadores alocados no Nordeste do Brasil, de uma instituição que vem tomando corpo nos estudos formalistas de linguagem, a Universidade Federal da Bahia.

Desde os anos de 1960, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem contribuído com o desenvolvimento dos estudos em Gramática Gerativa no Brasil, contando com a colaboração de pesquisadores dedicados a investir em uma discussão mais formalista dos estudos da linguagem. Entre os anos de 1960 e 1990, em especial, a partir de 1976, com a criação do Mestrado em Letras e Linguística, que passa a se chamar Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística em 1996, um grupo de mulheres dedicadas aos estudos formalistas da linguagem deu ignição aos estudos formais, já em uma perspectiva gerativista, inicialmente transformacional e, em seguida, sob o viés do modelo de Princípios e Parâmetros. Dentre elas, citamos as professoras Joselice Macêdo de Barreiro, Lícia Regina Moreira de Souza da Fonseca, Maria Emiliana Passos, Claiz Passos<sup>6</sup>, Raquel Solek Fiad Blanco, Suzana Helena Longo Sampaio, Sumaia Sahad Araújo, Ivone Afonso de Almeida Novis, Serafina Maria Simas Pereira de Souza Pondé e Ilza

<sup>5</sup> Ver Pinto, neste volume.

<sup>6</sup> As professoras Maria Emiliana Passos e Claiz Passos são autoras do livro *Princípios de uma Gramática Modular* (Coleção Repensando a língua portuguesa. Contexto, 1990).

Maria Ribeiro, que contribuíram diretamente para o início da formação de pesquisadores gerativistas no Estado da Bahia. A UFBA, nesse período, ainda contou com a participação de professores visitantes que contribuíram para o fortalecimento da pesquisa formalista e, em especial, gerativista, tais como Jean-Pierre Angenot (Universidade Federal de Rondônia), Leo Wetzels (Vrije Universiteit), Ian Roberts (University of Cambridge), João Costa (Universidade Nova de Lisboa), Francisco Ordóñez (Stony Brook University), entre outros. A professora Ilza Ribeiro, cuja contribuição aos estudos gerativistas no Brasil é indiscutível, dá início à formação de um consistente grupo de gerativistas no estado da Bahia entre as décadas de 2000 e 2010. Alguns colaboradores desse volume são fruto, direta ou indiretamente, da formação dessa grande pesquisadora.

Os capítulos que compõem o livro tratam de temas diversos dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa. No capítulo 1, **O estatuto morfossintático de definitude**, Dannel da Silva Carvalho propõe uma discussão sobre a categoria *definitude*, apontando um possível caminho para assumi-la como um traço sintático ( $\phi$ ). A partir de uma revisão da literatura que se sustenta em Lyons (1999) para a definição da categoria definitude nas línguas naturais, em Kibort (2010) para a promoção da categoria à traço, e em Zwicky (1986) para um mecanismo sintático que lida com um traço de definitude, o trabalho quer demonstrar que o traço de definitude pode ser realizado morfológica e sintaticamente das mais diferentes formas interlinguisticamente. Esse padrão sugere, segundo o autor, que definitude se assemelha aos demais traços no inventário  $\phi$  (HARLEY; RITTER, 2002, CARVALHO, 2008, 2017).

No capítulo 2, **Refletindo sobre as nominalizações: aspectos sintáticos e semânticos**, Cristina Figueiredo problematiza as nominalizações no português brasileiro (PB) considerando a interface sintaxe/semântica na derivação dessas formações na perspectiva da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993, 1994; MARANTZ, 1997). Para tanto, a autora faz uma breve descrição das nominalizações deverbais no PB e apresenta análises de nominalizações deverbais de outras línguas, buscando identificar as propriedades verbais e nominais transparentes nessas formações, a fim de questionar sobre as formações do PB, entre outros aspectos, como a leitura das nominalizações depende das camadas funcionais que as constituem se os mesmos nominalizadores, ora se adjungem a verbos, ora se adjungem diretamente a raízes e expressam significado particular, além do fato de que de nominalizadores derivam nominalizações com o mesmo valor semântico (-nte, -dor / -ista, -eiro), mas requerem bases distintas (verbos e nomes), conseqüentemente possuem estruturas distintas.

No capítulo 3, **A fonologia frasal e o conceito de referência indireta**, Juliana Escalier Ludwig Gayer apresenta uma revisão do conceito de referência indireta relacionado à comunicação da fonologia com os demais componentes da gramática, principalmente a sintaxe. A autora apresenta as teorias que tratam das unidades maiores do que a palavra, discutindo como cada uma dessas teorias entende a relação entre fonologia e sintaxe, concluindo com a proposta da Teoria da Otimalidade. A autora mostra ainda o funcionamento da hierarquia prosódica e como esta foi reinterpretada à luz das restrições pela Teoria da Otimalidade.

No capítulo 4, **Algumas considerações sobre a interface sintaxe-fonologia: a evidência prosódica**, Lílian Teixeira de Sousa também trata da interação entre os componentes fonológico e sintático, mas sob o foco da prosódia como diagnóstico da estrutura sintática. Nesse sentido, a autora discute as três dimensões principais da prosódia – fraseamento, proeminência e contorno melódico – e mostra como cada uma tem sido utilizada como evidência da estrutura sintática, em especial em trabalhos sobre o português.

No capítulo 5, **Variação na ordem O-V no espanhol antigo: evidências de um processo de competição de gramáticas a partir do contato entre línguas**, Carlos Felipe Pinto discute o processo de mudança no espanhol antigo, que apresenta características de uma língua V2, a partir da proposta formalista da competição de gramáticas (KROCH, 2001). Apresentando aspectos de contato, o autor discute como a variação linguística se apresentava no espanhol antigo e como essa pode ser caracterizada no modelo mentalista minimalista a partir da noção de gramáticas em competição.

No capítulo 6, **A pesquisa gerativista em aquisição de segunda língua: uma revisão**, Samara Ruas apresenta uma revisão da pesquisa gerativista em Aquisição de Segunda Língua, partindo do problema lógico da linguagem na aquisição da L1 e da L2 e das hipóteses de investigação sobre o papel da GU e da L1 nos estágios inicial e final de aquisição. A autora apresenta ainda alguns estudos sobre a aquisição do parâmetro pro-drop, da ordem de palavras e da interface sintaxe-discurso, bem como implicações teóricas e empíricas para modelos de representação de gramáticas bilíngues, debatidas recentemente na comunidade internacional. Por último, chama a atenção para a necessidade de uma agenda de pesquisa no Brasil.

Já no capítulo 7, **Gramática Gerativa e Dialetolegia: dos princípios e parâmetros aos atlas sintáticos**, Rerisson Cavalcante de Araújo discute a relação entre a Gramática Gerativa e a Dialetolegia, duas áreas aparentemente bastante opostas entre si em seus objetivos, métodos, escopo e concepção de

língua. Mostra como o desenvolvimento da perspectiva microparamétrica levou ao aumento do interesse pela sintaxe dialetal, culminando na articulação com a geolinguística no desenvolvimento de grandes projetos de atlas sintáticos, como o *Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses*, o *Atlas Sintático da Itália Setentrional* e o *Atlas Sintático do Espanhol*. Aponta como isso levou à adaptação dos métodos dialetais para a pesquisa sintática, com a captura de dados negativos e de julgamentos de aceitabilidade. Por fim, o capítulo termina levantando a questão sobre a necessidade (ou não) de articulação entre os gerativistas e os dialetólogos brasileiros para a elaboração de um atlas sintático do PB.

Acreditamos que o material que compõe este volume constitui uma amostra representativa da diversidade dos estudos sobre a gramática desenvolvidos atualmente no Brasil, de forma geral e, em especial, na Universidade Federal da Bahia, instituição representativa do Nordeste brasileiro. Não temos dúvida de que os temas aqui tratados demonstram possibilidades de análise no modelo gerativista, e que conceitos fundamentais para futuras reflexões sobre os fenômenos aqui apresentados e os demais que possam ser relacionados a estes tenham sido eficazmente evidenciados.

Gostaríamos de agradecer aos autores deste livro, que aceitaram com entusiasmo nosso convite. Agradecemos também aos pareceristas e seus valiosos comentários. Por fim, a publicação deste livro não seria possível sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ao qual somos gratos.

## REFERÊNCIAS

- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. Tradução Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, [1660]1992.
- BERMÚDEZ-OTERO, R. Cyclicality. In: VAN OOSTENDORP, M. et al. (Ed.). *The Blackwell companion to phonology*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2010.
- BRESNAN, Joan (Ed.). *The mental representation of grammatical relations*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.
- CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro*. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFAL, Maceió, 2008.
- \_\_\_\_\_. Traços. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (Org.). *Programa Minimalista em foco: princípios e debates*. Curitiba, PR: CRV, 2012, p. 113-132.

\_\_\_\_\_. *The internal structure of personal pronouns*. Newcastle-upon-Thames: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

CHOMSKY, Noam. *The logical structure of linguistic theory*. New York: MIT Humanities Library and London: Plenum Press, 1955/1975.

\_\_\_\_\_. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957. (Janua Linguarum Series Minor, vol. 4).

\_\_\_\_\_. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

\_\_\_\_\_. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper & Row, 1966.

\_\_\_\_\_. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R. A. ; ROSENBAUM, P. S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham:

Ginn and Company, 1970, p. 184-221.

\_\_\_\_\_. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (Ed.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1973, p. 232-286.

\_\_\_\_\_. Bare phrase structure. In H. Campos and P. Kempchinsky (Ed.). *Evolution and revolution in linguistic theory: a festschrift in honor of Carlos Otero*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1995a, p. 51-109.

\_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995b.

\_\_\_\_\_. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J.; KEYSER, S. J. (Eds.). *Step by Step*. Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.

\_\_\_\_\_. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: a life in language*. MIT Press, Cambridge, MA, 2001, p. 1-52.

\_\_\_\_\_. On phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M. (Eds.). *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008, p. 133-166.

\_\_\_\_\_; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

\_\_\_\_\_; LASNIK, Howard. *Filters and control*. *Linguistic Inquiry* 11, p. 425-504, 1977.

COLLINS, Chris. Eliminating labels. In: EPSTEIN, S. D.; SEELY, D. T. (Ed.). *Derivation and explanation in the Minimalist Program*. Malden, Mass.: Blackwell, 2002, p. 42-64.

CORBETT, G. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FIRBAS, Jan. On the problem of non-thematic subjects in contemporary English. *Časopis pro moderní filologii*, 39, p. 171–173, 1957.

GAZDAR, Gerald et al. *Generalized Phrase Structure Grammar*. Oxford: Basil Blackwell; Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

HARRIS, Zellig S. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

\_\_\_\_\_. Co-occurrence and transformation in linguistic structure. *Language*, 33, p. 283-340, 1957.

JACKENDOFF, Ray S. *X-bar syntax: a study of phrase structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1977.

JOSHI, Aravind K.; LEVY, Leon S.; TAKAHASHI, Masako. Tree Adjunct Grammars. *Journal of Computer Science and System Sciences*, 10 (1), 1975, p. 136-163.

KIBORT, A.; CORBETT, G. G. (Ed.). *Features: perspectives on a key notion in Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KISS, Timbor; ALEXIADOU, Artemis. Syntax – the state of a controversial art. In: \_\_\_\_\_ (Ed.) *Syntax - Theory and Analysis: an international handbook*. v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p. 1-14.

KROCH, Anthony. Syntactic Change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Org.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 699-730.

LEES, Robert B. *The Grammar of English Nominalizations*. Third printing. Bloomington: Indiana University. The Hague: Mouton, 1963.

RIEMSDIJK, Henk van. Introductory remarks. In: GEEST, Wim de; PUTSEYS, Yvan (Ed.). *Sentential Complementation. Proceedings of the International Conference Held at Ufsal*, Brussels June, 1983. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

STEEDMAN, Mark. Combinatory grammars and parasitic gaps. *Natural Language and Linguistic Theory*, 5, 1987.